

Ano XXVI nº 6701 – 17 de novembro de 2022

COE do Bradesco retoma negociações de minuta específica

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com o banco na segunda-feira, 14/11, em encontro que marcou a retomada regular das negociações a respeito da minuta específica dos trabalhadores com a instituição. “A volta das conversas em nossa mesa direta é importante, era nossa prioridade, pois desde o começo da pandemia, há mais de dois anos, nossa preocupação tinha se voltado à manutenção da vida dos funcionários e clientes”, afirmou a coordenadora da COE e secretária de Organização do Ramo Financeiro e Política Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Magaly Fagundes.



Na reunião, os membros da COE entregaram a minuta e definiram um calendário para o debate de todos os itens da pauta. Também foram abordados vários temas específicos, como teletrabalho, fechamento de agências, demissões, melhorias no Saúde Bradesco, auxílio academia e financiamento de sistema de energia solar para funcionários.

O Bradesco, que foi o primeiro a assinar um termo sobre o teletrabalho com seus funcionários, informou que, desde o fim da emergência de saúde pública por causa da pandemia do coronavírus, está seguindo o acordo sobre o teletrabalho fechado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria 2022/2024. Assim, não há necessidade de renovação do acordo que venceu em setembro de 2022.

Para a definição de quem poderia atuar em trabalho remoto, a instituição disse que considerou atividades que não impactariam o atendimento, e por esse motivo a rede de agências não foi considerada elegível para a modalidade. Segundo o banco, cerca de 50% do efetivo dos departamentos estão em teletrabalho e todos recebem a ajuda de custo. O número de funcionários nesse regime, porém, ainda não foi informado.

Alerj muda a ordem do dia e PL-3186 entra na pauta de hoje

Um imbróglio em torno do decreto do governador Cláudio Castro sobre a redução do ICMS dos combustíveis levou à Assembleia Legislativa a alterar a Ordem do Dia de hoje, quinta-feira, 17 de novembro, e incluir na pauta a apreciação dos chamados vetos vencidos que são aqueles pendentes de votação há mais de 30 dias. É o caso do o PL-3186/20, de autoria dos Deputados André Ceciliano (PT) e Luiz Paulo (PSD).

A proposta, que permite o retorno ao sistema previdenciário dos ex-participantes da Previ-Banerj que sacaram suas contribuições pessoais, desde que devolvam os valores recebidos corrigidos monetariamente, volta a pauta e deverá ser votado na sessão ordinária desta quinta-feira. “Em princípio, a apreciação do veto do governador ao nosso projeto estava previsto para entrar em pauta na última semana de novembro juntos com os outros vetos, mas a obstrução da pauta, por parte de parlamentares do PL, Podemos e PTB, forçou a antecipação”, disse a Diretora de Imprensa do Sindicato dos Bancários do RJ, Vera Luiza Xavier.

O movimento sindical e a Abanerj (Associação dos Funcionários do Antigo Banerj) estão sempre atentos aos projetos de interesse dos banerjianos, como é o caso do PL sobre a Previ-Banerj.

“Sempre acompanhamos a publicação da Ordem do Dia da Alerj, atentos ao nosso projeto e contamos com a vigilância de nossos aliados no legislativo estadual. Fazemos isso pra não sermos pegos de surpresa com mudanças inesperadas como aconteceu hoje”, disse o Diretor Executivo da Abanerj, Germinio Ribeiro.

Quase 70 milhões não tomaram reforço da vacina contra a Covid

Idosos, grupos de risco e pessoas com a vacinação em atraso são as que mais sofrem com a nova onda de Covid19. Cerca de 69 milhões de brasileiros não tomaram sequer a primeira dose de reforço da vacina, de acordo com o Ministério da Saúde. O atraso é ainda maior em relação às crianças. Soma-se a isso a circulação de variantes mais transmissíveis e o atraso do governo Bolsonaro em comprar vacinas mais modernas, chamadas bivalentes.